

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MATOPIBA: análise a partir dos fluxos de comércio entre os anos 2000 a 2018

Mabel Diz Marques
Doutoranda em economia - Universidade Federal da Bahia E-mail:
mabeldizmaques@gmail.com

Raphael de Oliveira Silva
Doutorando em economia - Universidade Federal da Bahia
phaeloliveira_@hotmail.com

Jerônimo Dias
Doutorando em economia - Universidade Federal da Bahia
jeromadias@gmail.com

Roberto Lucio Freitas
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
roberto.freitas@ifnmg.edu.br

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar o perfil das exportações da região do MATOPIBA (conjunto de municípios que pertencem aos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) no período de 2000 a 2018, a partir dos dados de fluxos de comércio disponibilizados pelo Ministério da Economia do Brasil, verificando o grau de concentração dos produtos exportados (ICP) e países de destino (ICD) determinado pelo coeficiente de Gini-Hirschmann. Os resultados sugerem um aumento na produção de grãos focado especialmente nas culturas de sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens, que no ano de 2018 já representada mais de 50% da pauta exportadora. Tais produtos são assentados, sobretudo, nos processos relacionados à dinâmica de expansão da escala agrícola com elevada tendência a vulnerabilidade externa. Em paralelo, a China representa mais de 50% do destino das exportações, resultado que já ultrapassa os EUA desde 2010.

Palavras-chave: MATOPIBA; Território; Concentração de exportações; Produção agrícola.

1 INTRODUÇÃO

A região do MATOPIBA no Brasil, abrange 337 municípios dos quais inclui todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano e o sul do Maranhão e do Piauí em uma área de 73.173.485 hectares que cobre 51% da área total dos 4 estados. A região é caracterizada por um processo nas últimas décadas de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio, em particular para produção de *commodities*, tais como: algodão, cana-de-açúcar, milho e soja (BOLFE et al., 2016; PEREIRA; PORCIONATO; CASTRO, 2018; PEREIRA; PAULI, 2016).

Esse processo, se insere diante de uma ordem global que busca desterritorializar, no sentido de separar o centro da ação e a sede da ação no território (SANTOS, 2006). Ou seja, essa dinâmica acarreta na mundialização do espaço geográfico, que transforma territórios nacionais em espaços nacionais da economia mundial acelerando, portanto, a regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial, social e internacional do trabalho dado pela necessidade do aumento da produtividade mundial da produção agrícola, sobretudo, expressa pela especialização e fragmentação produtiva.

Acontece, que essa ordem global que busca expandir a fronteira agrícola da estrangeirização da terra, traz consigo uma tensão crescente entre a localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização (SANTOS, 1994). Além disso, observa-se que esta estrangeirização da terra busca impor, nestas regiões, uma racionalidade relacionada a valorização do capital, e não em certa medida, a promoção de condições mais favoráveis da população ali inseridas, refletindo por consequência, uma expropriação de comunidades rurais, redução do sentimento de pertencimento àquela região, bem como aumento da degradação ambiental.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a inserção da região do MATOPIBA na fronteira agrícola do mundo globalizado contemporâneo, vinculada ao desenvolvimento para fora, subordinada a interesses estranhos a realidade local. Para tanto, a partir da estatística descritiva é caracterizada a dinâmica da produção e das exportações do MATOPIBA frente ao Brasil, a evolução da representatividade da produção agropecuária, bem como a concentração de produtos exportados e os principais países de escoamento da produção, especialmente, entre os anos de 2000 a 2018 (RIBEIRO, 2000; BRENNER; PECK; THEODORE, 2010).

O presente artigo parte da hipótese de que ao longo do período analisado há uma ampliação da especialização das exportações do MATOPIBA, tanto no que se refere aos produtos, quanto aos parceiros comerciais, por conseguinte, o território fica sujeito a flutuações na demanda e nos preços de seus produtos, que por natureza, sequestra a autonomia dos atores locais.

Assim, para além desta introdução e considerações finais, este artigo contém mais quatro seções. Na segunda seção, é apresentada uma breve conceituação do desenvolvimento territorial e sua inter-relação com a ordem global “desterritorializada” e sem fronteiras. Em seguida, é realizada uma caracterização do MATOPIBA e sua lógica de produção para o mercado externo ancorado, sobretudo, pela especialização e inserção na fragmentação agrícola da estrutura produtiva internacional. Na quarta seção expõe com mais detalhes a metodologia utilizada. E, por fim, são expostos os principais resultados da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A ORDEM GLOBAL “DESTERRITORIALIZADA”

O desenvolvimento territorial pode ser compreendido como um processo de mudança social capaz de produzir solidariedade, cidadania comunitária e conduzir, de forma integrada e permanente, a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região (VERDI, 2008). A gênese do enfoque no território emerge na Europa e se concretiza nas definições estratégicas da União Europeia, tanto com a consagração da coesão territorial entre os objetivos estratégicos a serem promovidos na região, como com a criação de instrumentos específicos como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (BARCA; MCCANN; RODRÍGUEZ-POSE, 2012; PIKE; RODRÍGUEZ-POSE; TOMANEY, 2016).

Segundo Favareto e Lotta (2017), as políticas de desenvolvimento territorial emergem da tentativa de superar limites verificados, sobretudo, em três domínios: (i) no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, no qual se verificava, a necessidade de uma abordagem envolvendo o conjunto das dimensões da vida social e econômica local, em oposição à etapa anterior, marcada por uma limitação do rural ao que se passava na atividade agrícola, agora crescentemente menos importante sob o ângulo da geração da renda das famílias e da

ocupação da força de trabalho; (ii) no âmbito das políticas de desenvolvimento regional antes voltadas, sobretudo, para a criação de infraestruturas de integração regional, nos marcos do capitalismo industrial em expansão, e agora cada vez mais direcionadas à promoção das especificidades dos territórios, de forma coerente com o atual momento da economia internacional e seu alto grau de inovação, seletividade e diferenciação; (iii) no âmbito do planejamento governamental, tradicionalmente estruturado em formas verticalizadas e centralizadas de intervenção (os modelos de tipo *top down*), neste momento confrontados com a necessidade de incorporar as demandas e as vozes das forças sociais dos territórios (numa perspectiva de tipo *bottom up*).

Cabe, antes de tudo, explicitar as principais diferenças entre os conceitos de espaço, região e território. Pois, a noção científica destas categorias situa-se no contexto interdisciplinar envolvendo várias ciências com múltiplos usos e sentidos comuns, que embora usado como sinônimos não são equivalentes (ALENTEJANO, 2001).

Segundo Wanderley (2006), o espaço pode ser definido a partir de um conjunto de dados econômicos localizados, podendo as localidades serem dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência. Já a região é definida de forma mais restrita, pois é caracterizada por uma forma concreta, através da junção de pontos imutáveis e contíguos de uma dada realidade. Por sua vez, o território pode ser definido como um espaço onde se projeta um trabalho-energia, e por consequência, revela relações marcadas pelo poder, e mais ainda, o território tem características como um fator dinâmico por si só, e não como um resultado estático da decisão do processo de produção. Ou seja, o território pode ser definido como uma construção sociopolítica do espaço (JEZIORNY, 2016).

Assim, o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais, bem como da vida sobre os quais ele influi. Conforme salienta Santos (2009), o território deve ser compreendido como território usado, utilizado por uma dada população, e não apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. Nesses termos, o território é o chão somado a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencimento.

A partir daí, os modelos de desenvolvimento territorial podem ser identificados como construções sociopolíticas sobre um determinado espaço geográfico, que requerem estratégias prévias de apropriação espacial (JEZIORNY, 2016). Segundo o autor (*ibidem*, 2016) os

projetos de desenvolvimento territorial são impactados pelas especificidades geográficas e sociais do território, sendo essas especificidades que condicionam o conteúdo das estratégias adotadas, dando origem a diferentes caminhos dentro de uma multiplicidade de trajetórias possíveis. Ademais, são esses os recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis oferecidos pelo território no mercado que diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas.

Porém, sob a égide do mundo globalizado e da extrema competitividade como a que vivemos, a posição globalista argumenta que estamos nos movendo para um mundo “desterritorializado” e sem fronteiras. É importante enfatizar, que a atual globalização mencionada contempla dentre outras características a contração do espaço e do tempo, crescente homogeneidade, imaginário da velocidade, mercado global e aldeia global e desterritorialização da vida social que se desdobram simultaneamente em múltiplas escalas geográficas sobrepostas (RIBEIRO, 2000; BRENNER PECK; THEODORE, 2010). Por outro lado, neste mesmo cenário alimenta-se lutas já travadas e a existência de conflitos étnico-territoriais que nos remete a compreensão que muitos grupos continuam reivindicando partes específicas do território. Portanto, há uma repercussão e embates entre os diversos atores e o território como um todo, revelando profundos movimentos de conflito na sociedade.

Ainda conforme aponta Santos (2006), as tentativas de construção de um mundo único sempre conduziram a conflitos, porque se tem buscado unificar e não unir. Um fato é um sistema de relações, em benefício do maior número baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outro fato, é um sistema de relações hierárquica construída para perpetuar um subsistema de dominação sobre outros subsistemas em benefício de alguns. Pois, nota-se na contemporaneidade a existência das empresas transnacionais diante da fragmentação produtiva que coordenam a rede denominadas “*flagship companies*”, geralmente provenientes das economias mais avançadas, e que possuem o comando de toda produção, e se apropriam de parte privilegiada do valor gerado. Além disso, essas empresas determinam as competências chaves da cadeia produtiva, bem como os fluxos das informações, geração do conhecimento, decisões, gestão e planejamento da produção (MARQUES, 2017; MARQUES; ROSELINO; MASCARINI; 2019).

A fragmentação produtiva ora mencionada, impõe-se na sociedade com toda força nas condições acima descritas, pois não é possível obter uma regulação única, pois a fragmentação apenas consagra alguns atores, enquanto produzem uma ordem em causa

própria, criam, paralelamente, desordem para tudo o mais (SANTOS, 1994). Como essa ordem “desordeira” é global conforme aponta o autor (ibidem, 1994), ela é inerente ao próprio processo produtivo da globalização atual, nas quais não há limites; mas, não tem limites porque também não tem finalidade e, desse modo, nenhuma regulação é possível, porque não desejada. Esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador e sequestrador da autonomia do resto dos atores.

Assim, a globalização leva a um novo e mais complexo entendimento do multidimensional e dinâmica dos componentes da territorialidade, por meio de mecanismos que limitam, ordenam e controlam a sociedade, uma vez com a globalização a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas globais de expansão da produção (SANTOS, 1994; 2018; NEWMAN, 2006).

2.2 A INSERÇÃO DO MATOPIBA NA LÓGICA RECENTE DA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A expansão da fronteira agrícola brasileira não é recente. Desde a década de 1950 o processo de industrialização do setor agrícola foi ampliado, decorrente dos desdobramentos da industrialização nacional, nas quais culminaram na fabricação de equipamentos e máquinas e adoção de insumos modernos; conduzindo, posteriormente, à construção de indústrias processadoras de produtos agropecuários (DELGADO, 1985).

Essas transformações expandiram nas décadas seguintes, por meio da adoção de políticas de modernização do campo, expressas, sobretudo, com a criação de Serviços Nacionais de Crédito Rural (SNCR em 1965) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) implementados entre os anos de 1968 a 1973, resultados que favoreceram o milagre econômico brasileiro e expansão da fronteira agrícola.

Mais recentemente, a modernização do setor agropecuário no Brasil tem proporcionado o aumento da produtividade, e por consequência da produção estabelecida (BOLFE et al., 2016). Segundo os autores (ibidem, 2016), o Brasil nos últimos anos tem posicionado na liderança da produção de *commodities* agrícola tropical, reflexo, sobretudo, das condições edafoclimáticas, bem como as políticas públicas recentes direcionadas para este setor produtivo.

Diante deste processo, as áreas tidas como marginais do MATOPIBA foram

transformadas para atividades agrícolas e pecuárias por causa da nova realidade econômica na região e isso possibilitou a dinâmica e modernização da economia local (BATISTELLA; VALLADARES, 2009). Porém, na década de 1990, as mudanças de uso da terra foram intensificadas devido a produção de grãos, cuja consequência foi o desmatamento de extensas áreas de florestas nativas nestas regiões (BARROS; STEGE, 2019).

Já em 2016, a região do MATOPIBA já possuía cerca de 324.326 estabelecimentos agrícolas ocupando uma área de 33.929.100 hectares (ha), 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de áreas legalmente atribuídas, excluídas as sobreposições conforme expostos em Bolfe et al. (2016) e Miranda, Magalhães e Carvalho (2014).

Vale destacar que a delimitação do MATOPIBA ocorreu através de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) em face a necessidade de planejamento e modelagem integrada de políticas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento da região, dada a dinâmica agrícola observadas nos últimos anos (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014).

Ao analisar os aspectos populacionais, a estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava que em 2016 haviam cerca de 6,29 milhões de habitantes (população urbana e rural) no MATOPIBA, dos quais 58,74% da população estava distribuída no Maranhão, 24,22% no Tocantins, 12,85% na Bahia e apenas 4,19% no Piauí (Tabela 1).

Tabela 1: Aspectos demográfico e socioeconômico do MATOPIBA (2000 e 2016)

Estado	Área (hectares-ha)	População estimada	Participação relativa da população em (%)	Produto Interno Bruto (R\$)*		Taxa de Cresc. (%)**
				2000	2016	2000-2016
Maranhão	23.982.347	3.695.257	58,74	5.102.332.625	11.681.680.140	5,31
Tocantins	27.772.052	1.523.478	24,22	3.654.634.341	9.116.224.292	5,88
Piauí	8.204.588	263.541	4,19	363.216.292	992.705.397	6,49
Bahia	13.214.498	808.491	12,85	2.181.321.053	4.602.939.970	4,78
<i>Total</i>	<i>73.173.485</i>	<i>6.290.767</i>	<i>-</i>	<i>11.301.504.311</i>	<i>26.393.549.799</i>	<i>5,44</i>

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia e do IBGE, 2019.

Nota: *Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de 2000.

**Taxa de crescimento geométrica.

Quanto aos aspectos econômicos, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do MATOPIBA em termos reais tem se mostrado vigoroso. Entre os anos 2000 e 2016 houve crescimento de 133,5% no PIB da região, uma média de 5,44% a.a. Ainda segundo os dados coletados das Contas Regionais do IBGE, os estados do Maranhão e Tocantins concentraram os maiores valores do PIB no MATOPIBA no ano de 2016. Já as microrregiões com maior expressividade são Palmas (Tocantins; 8,7%), Imperatriz (Maranhão; 7,5%), Luís Eduardo Magalhães (Bahia; 4,3%), Araguaína (Tocantins; 4,1%) e Barreiras (Bahia; 3,6%) responsáveis por 28,2% do PIB do MATOPIBA, em 2016 conforme divulgado pela instituição (IBGE, 2019).

Ademais, vale ressaltar que a redução da população em condição de pobreza, extrema pobreza e vulnerável à pobreza, bem como a diminuição do percentual da renda apropriada pelos mais ricos, expressa na melhora do índice de Gini-Renda entre o período de 2000 a 2010 no MATOPIBA conforme exposto nos trabalhos de Pereira, Porcionato e Castro (2018) e Bolfe et al (2016).

Outra tendência importante, e talvez a de maior interesse entre as diversas pesquisas, consiste na expansão da fronteira agrícola puxada, sobretudo, pela produção de *commodities* tais como a soja e o milho que exibem as culturas com maiores volumes de produção no período recente (PEREIRA; PORCIONATO; CASTRO, 2018).

Ao analisar a dinâmica da expansão da área cultivada da soja no MATOPIBA, Baldi, Back e Rodrigues (2018) mostram que entre os anos de 2000/01 e 2016/17 a área cultivada de soja no MATOPIBA aumentou em mais de 4 vezes (2,97 milhões de hectares (Mha) passando de 0,97 Mha para 3,94 Mha. Isso, reafirma a posição do MATOPIBA como uma região caracterizada no processo de expansão da produção de grãos, especialmente, da soja no bioma do Cerrado.

Nesse estágio, entretanto, pode ser útil mencionar que essa expansão da área de cultivo da soja ocorreu em grande medida a partir da expansão do desmatamento (BALDI; BACK; RODRIGUES, 2018). Segundo os autores (ibidem, 2018), o desmatamento associado ao cultivo da soja entre 2000/01-2006/07 foi de 0,11 Mha/ano, resultado que expandiu para 0,16 Mha/ano no período de 2006/07-2013/14, reduzindo no período mais recente 2013/14-2016/17 para 0,05 Mha/ano devido, sobretudo, à frustração de quatro safras seguidas (2011/12 a 2014/15) decorrência das estiagens observadas em diversas regiões do MATOPIBA e que reduziram os investimentos dos produtores e abertura de novas áreas.

Para além da soja, vale destacar a expansão da produção e cultura do milho no MATOPIBA. Segundo Pereira, Porcionato e Castro (2018) em 2010 foram produzidas 1,3 milhão de toneladas de milho em uma área total de 486 mil há, já em 2014 essa produção expandiu para um pouco mais de 5 milhões de toneladas em uma área de 1.073 mil há, representando um crescimento de 301% na quantidade produzida dessa cultura.

Bolfe et al. (2016) apontam ainda, que embora o aumento da produção de milho esteja associado a expansão da área colhida, este último ocorreu nos últimos anos devido o maior uso das terras para essa cultura uma vez que passaram a ser cultivadas duas vezes por ano, dando início ao processo de intensificação agrícola favorecida pela disponibilidade de terras aptas à mecanização no MATOPIBA. Ademais, como se sabe o MATOPIBA é caracterizado como uma região com o uso de capital-intensivo, pois há um expressivo uso de colheitadeiras, máquinas, equipamentos e insumos tecnológicos com baixo teor do fator trabalho, resultado que reflete na baixa absorção da riqueza pelos trabalhadores e famílias ali estabelecidos (CESAR, 2018; PEREIRA; PORCIONATO; CASTRO, 2018).

Portanto, o MATOPIBA configura-se por uma agricultura científica com caráter global, em que se exige a expansão constantes das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas, e por consequência de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes e corretivos) e, também, de assistência técnica propondo a instalação de sistemas, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização conforme já exposto em Santos (1994).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 GRAU DE CONCENTRAÇÃO POR PRODUTO E PAÍIS DE DESTINO

Economias com características de elevada diversificação das exportações seja de países e produtos, bem como ampliação da complexidade de produtos exportados, adquirem, em certo nível, uma menor dependência e vulnerabilidade externa, seja ela pelas oscilações de demanda ou de preços no mercado internacional (SALVINI; MARTINS, 2014; SILVA, 2017).

Quanto a este aspecto, o coeficiente de Gini-Hirschmann (doravante, GH) pode ser utilizado para mensurar a concentração (diversificação) das exportações, tanto em relação aos produtos quanto aos países de destino no MATOPIBA.

Para tanto, o índice de concentração por produtos (ICP) pode ser calculado conforme a equação (01) abaixo:

$$ICP = \sqrt{\sum_i \left[\frac{X_{ij}}{X_j} \right]^2} \quad (01)$$

em que X_{ij} representa as exportações do bem i pelos 337 municípios integrantes no MATOPIBA j , e X_j representa as exportações totais dos municípios integrantes do MATOPIBA j . O índice varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1 corresponde a uma especialização total das exportações em apenas um produto. De modo contrário, um índice próximo a 0 indica uma pauta exportadora menos concentrada.

Por outro lado, a concentração dos parceiros comerciais será representada pelo índice de concentração por países de destino (ICD) conforme equação (02):

$$ICD = \sqrt{\sum_i \left[\frac{X_{mj}}{X_j} \right]^2} \quad (02)$$

em que, neste caso, X_{mj} representa o total das exportações dos municípios integrantes do MATOPIBA j para o país de destino m , e X_j representa o total das exportações dos municípios integrantes do MATOPIBA j .

Da mesma forma, quando maior o valor do ICD, maior será a concentração em relação aos destinos, resultado que pode indicar maior vulnerabilidade em termos de barreiras à entrada de produtos impostas pelos poucos parceiros. Por sua vez, um ICD próximo de zero reflete uma participação mais diversificada dos países de destino da produção.

3.2 FONTE A BASE DE DADOS

Com o objetivo de obter os indicadores supracitados, faz necessário a incorporação dos dados das exportações, sendo estes descritos conforme o Sistema Harmonizado (SH) de dois dígitos (SH2) para os 337 municípios pertencentes ao MATOPIBA. Para tanto, estes serão secundários e provenientes da base do Ministério da Economia do Brasil.

Além dos dados incorporados nos indicadores de concentração de produto e países (ICP e ICD; respectivamente), será analisado a evolução da participação das exportações de bens e serviços da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) no MATOPIBA. Neste contexto, a base aos dados municipais do PIB será proveniente da Contas Regionais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, este estudo limita-se ao período de 2000 a 2018 devido a crescente expansão da fronteira agrícola

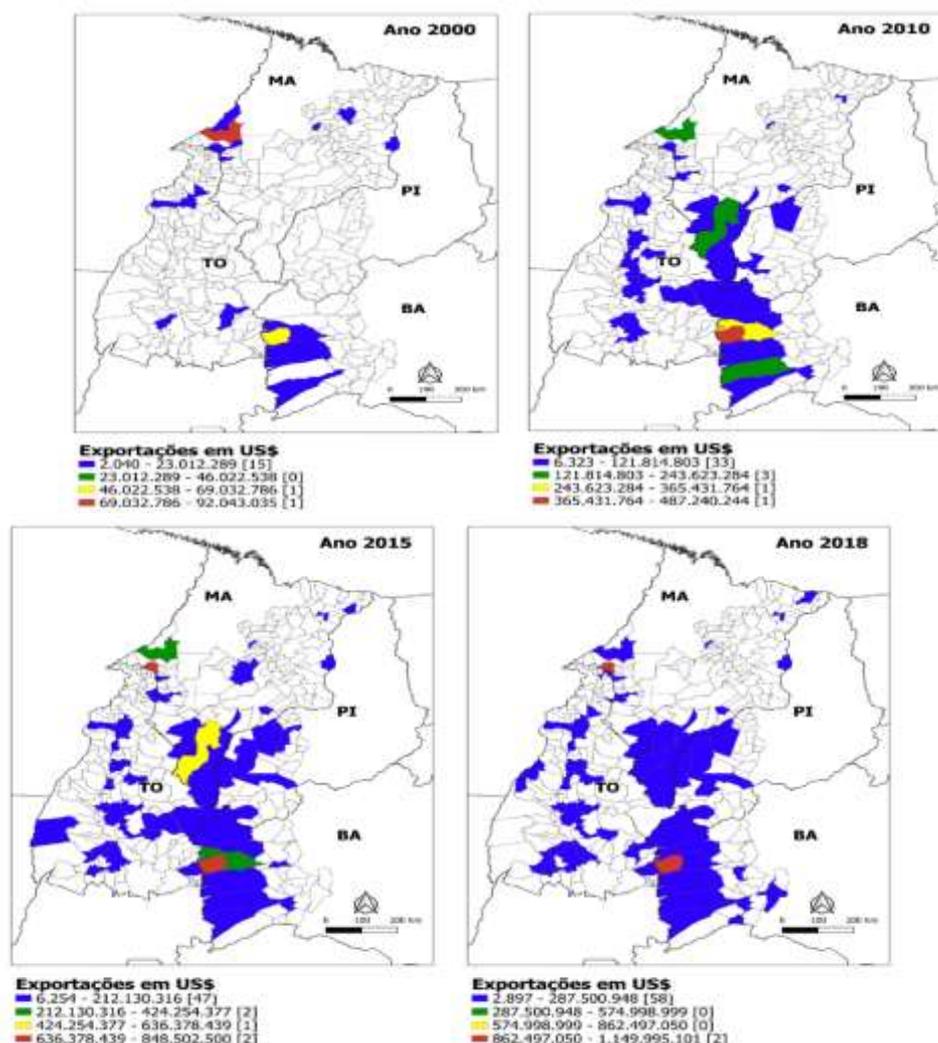
na região objeto do estudo.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No início do século XXI a região compreendida como MATOPIBA apresentou intensa transformação no relevo nacional refletindo, sobretudo, na dinâmica do setor agrícola que ao expressar uma natureza global, foi conduzida a uma demanda extrema de comércio.

A Figura 1 revela a evolução das exportações na região por município. Nela é possível observar a ampliação de municípios que se inserem na dinâmica exportadora, o seu número salta de 17, em 2000, para 60, em 2018.

Figura 1: Exportações do MATOPIBA por município em anos selecionados (em US\$)

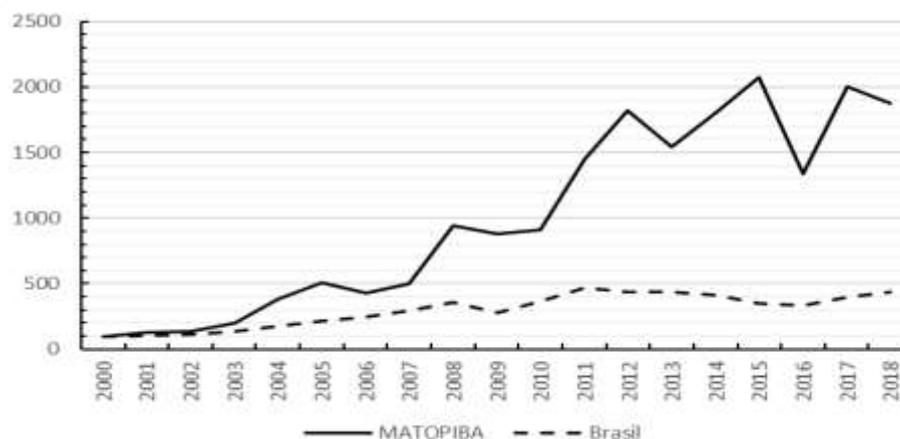


Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia e do IBGE, 2019.
*Nota: Sistema de referência SIRGAS 2000.

A maior parte dos municípios da região se encontra na faixa do primeiro quartil, com o volume de exportações de bens e serviços mais baixas. No entanto, é notória a evolução da expansão do volume exportado por esses municípios, as faixas de valor exportado saltaram a cada ano, mesmo com o fim do ciclo de alta de preços das *commodities*. Nesse processo, o município de Luís Eduardo Magalhães no Estado da Bahia possui a maior proeminência, suas exportações saltaram de US\$ 63.883.300,00, em 2000, para US\$ 1.149.995.101,00, em 2018, a uma taxa média de crescimento de 17% ao ano (a.a.), passando a ocupar a faixa mais elevada no ano de 2018. Seguido dele, ocupando a mesma faixa em 2018, está o município de Imperatriz no Estado do Maranhão, cujas as exportações saem de US\$ 754.065,00, em 2000, para US\$ 871.348.821, em 2018, a uma taxa de crescimento de 47,9% a.a.

No Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações de bens e serviços no MATOPIBA comparada com a do Brasil entre o período de 2000 a 2018. Nota-se que entre os anos de 2000 a 2015 as exportações de bens e serviços do MATOPIBA cresceram de maneira expressiva, em patamares superiores a dinâmica nacional. O valor das exportações, medido em número-índice (Ano 2000=100), atingiu um valor máximo de 2.071,9 no ano de 2015; ao passo que, as exportações brasileiras atingiram no mesmo ano o resultado de 347,1, crescimento quase seis vezes superior ao apresentado pela média brasileira. Já no ano subsequente de 2016 houve uma redução significativa das exportações de bens e serviços tanto na região do MATOPIBA quanto no Brasil, resultado motivado por uma conjuntura de mercado menos favorável decorrentes dos anos de 2015 e 2016 que refletiram na desaceleração e limitação da capacidade de exportações desta região e o Brasil como o todo.

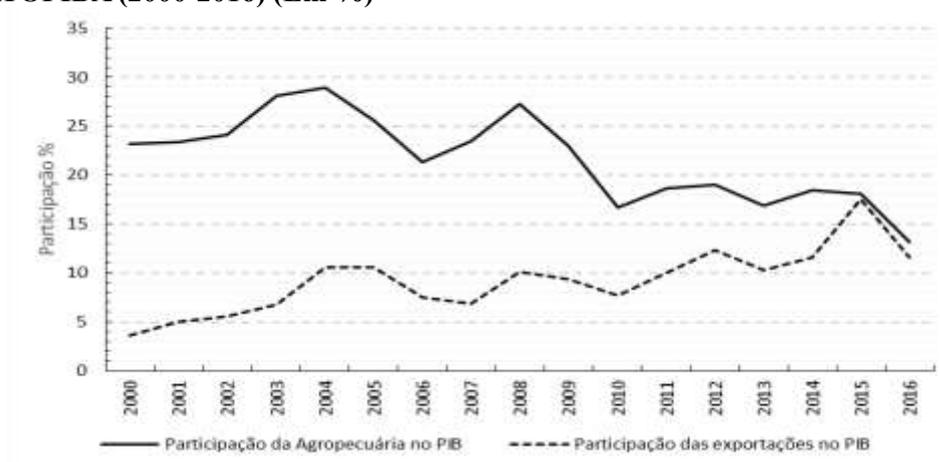
Gráfico 1: Evolução das exportações de bens e serviços – MATOPIBA e Brasil (2000-2018) (Ano 2000=100)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia e do IBGE, 2019.

Ao analisar o Gráfico 2 que exprime a evolução da participação da agropecuária e das exportações de bens e serviços no PIB no MATOPIBA entre 2000 a 2016, os resultados sugerem uma convergência entre a participação da agropecuária no PIB e exportações no PIB em 12%, saldo que denota expansão da participação das exportações no PIB em contrapartida da agropecuária no PIB.

Gráfico 2: Evolução da participação da agropecuária e das exportações de bens e serviços no PIB – MATOPIBA (2000-2016) (Em %)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia e do IBGE, 2019.

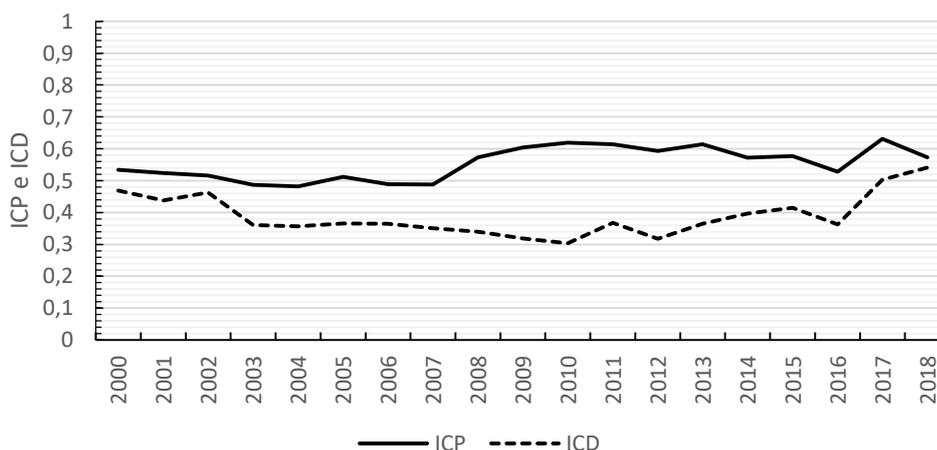
Ainda no Gráfico 2 é possível observar que, a participação das exportações no PIB saltou de menos de 4%, em 2000, para mais de 17%, em 2015, quando atingiu seu ápice. Por outro lado, a participação da agropecuária no PIB tem reduzindo paulatinamente, dado que nos anos 2000 a participação foi de 23,5% e, em 2016 esta participação representou apenas 13%, uma redução de 10,5 pontos percentuais. A perda de participação da agropecuária na produção não se traduz, necessariamente, na perda e relevância na dinâmica dentro da região no MATOPIBA, mas pode representar que outros setores produtivos progrediram mais rapidamente a partir da evolução da agropecuária, tais como os serviços pessoais e de utilidade pública que desenvolveram em razão da demanda e dos fluxos de renda, bem como as indústrias que se estabeleceram na região aproveitando os recursos naturais disponíveis.

Ademais, as implicações econômicas e políticas de uma inflexão das exportações de tal magnitude são muito amplas, nas quais afeta aspectos cruciais da condução da política econômica da região, e ao mesmo tempo expressa uma natureza nociva e vulnerável devido a dinâmica econômica que estar sendo direcionado ao mercado externo, que por natureza, sequestra a autonomia dos atores daquele território.

O Gráfico 3 mostra os índices de concentração de produto (ICP) e destino de países (ICD) nas quais são direcionadas as exportações do MATOPIBA entre os anos de 2000 a 2018. Sua escala de valores varia entre 0 e 1, sendo resultados próximos a zero menos concentrado, por outro lado, quando mais próximo de 1, maior a concentração dos índices (ICP e ICD).

Grosso modo, os dados sugerem que na maior parte do período analisado, o índice de concentração de produtos (ICP) esteve acima de 0,5, limite máximo para que haja concentração. Além disso, foi a partir dos anos de 2007/2008 que o processo de concentração foi ampliado, resultado que coincide o período de ampliação da internacionalização e financeirização dos ativos ambientais locais – terra, água e florestas relatada por Favareto e outros (2019) e pode ser reflexo da dinâmica do cultivo da produção de grãos e sementes. Logo, a pauta exportadora da região pode ser considerada concentrada, ou seja, restrita a uma pequena variedade de bens o que torna a região extremamente vulnerável a choques externos, levando com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização da produção em escala.

Gráfico 3: Evolução do Índice de Concentração de Produto (ICP) e Índice de Concentração de Destino (ICD) – MATOPIBA (2000-2018) (Em %)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia, 2019.

Por outro lado, é possível observar ainda no Gráfico 3 que o índice de concentração de destino (ICD) exibe uma trajetória de baixa concentração de parceiros comerciais. Entre os anos de 2000 e 2010, o ICD esteve sob níveis inferiores à 0,5, apresentando uma trajetória de queda, chegando a atingir o índice mais baixo 0,30 em 2010. Contudo, a partir de 2010, houve

uma reversão dessa trajetória, em que no ano de 2018 o índice atingiu seu ápice em 0,54, configurando uma pauta exportadora concentrada num número restrito de parceiros comerciais. Neste contexto, esse resultado corrobora com a hipótese levantada, bem como aponta para ampliação da vulnerabilidade econômica ao comércio internacional, que implica em uma estrita obediência à ordem global que perpassam o território e a sociedade.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que, a concentração estruturada do ICP e ICD (expressas no Gráfico 3), ocorre de maneira simultânea com a transformação da pauta exportadora do MATOPIBA. Para tanto, as Tabelas 2 e 3 traduzem respectivamente a conjugação hierarquizada e detalhada dos cinco principais produtos baseados no Sistema Harmonizado (dois dígitos) e dos parceiros comerciais do MATOPIBA entre os anos 2000 a 2018.

Tabela 2: Participação dos produtos na pauta exportadora segundo o SH de 2 dígitos - MATOPIBA (2000-2018) (Em %)

Níveis de Participação	2000	2005	2010	2015	2018
1ª nível	Ferro fundido, ferro e aço 39,85	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens 38,56	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens 58,75	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens 54,21	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens 52,21
2ª nível	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais 33,88	Ferro fundido, ferro e aço 28,05	Algodão 12,41	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar 15,10	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar 19,69
3ª nível	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira 11,56	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais 17,52	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais 11,56	Algodão 7,93	Algodão 9,25
4ª nível	Minérios, escórias e cinzas 4,54	Algodão 6,10	Ferro fundido, ferro e aço 8,81	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais 6,18	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais 7,93
5ª nível	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes 2,25	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira 4,54	Carnes e miudezas, comestíveis 3,90	Ferro fundido, ferro e aço 5,29	Ferro fundido, ferro e aço 3,95
Total (%)	92,08	94,77	95,43	88,71	93,04

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia e do IBGE, 2019.

Os cinco principais produtos comercializados com o exterior (Tabela 2), equivalem a mais de 85% de seu comércio em 2018, porém a maioria deles são *commodities* e/ou produtos de baixo valor agregado com sua competição baseadas no preço. Tais características, tornam o padrão de comércio externo mais vulnerável, uma vez que, esses produtos possuem grande relevância na cesta das exportações e seus preços são mais suscetíveis a variações no mercado internacional dado o baixo conteúdo tecnológico incorporado e complexidade do produto.

Ao analisar a participação dos principais cinco produtos da pauta exportadora do MATOPIBA (Tabela 2), nota-se que no ano de 2000, o *Ferro fundido, ferro e aço* era o principal produto exportado, correspondendo a 39,85%. No entanto, gradativamente esse

produto foi perdendo sua relevância na pauta exportadora da região, ao passo que, já em 2005, *Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens* assumiu a liderança na exportação de produtos, com participação de 38,56%, e com mais 50% nos anos subsequentes. Resultado que denota o grande relevo que o agronegócio vem desempenhando na região.

Esse dinamismo do agronegócio foi realçado por Miranda, Magalhães e Carvalho (2014) que ao buscar ilustrar a velocidade das mudanças no uso e ocupação das terras no MATOPIBA, especialmente, do oeste baiano entre as décadas de 1980 e 2010, exibiram as transformação das áreas urbanas vizinhas e a rápida substituição das pastagens extensivas em campos e cerrados por uma produção agropecuária mecanizada e áreas de irrigação.

Tabela 3: Participação dos parceiros comerciais na pauta exportadora - MATOPIBA (2000-2018) (Em %)

Nível de Participação	2000	2005	2010	2015	2018
1ª nível	Estados Unidos 43,07	Estados Unidos 28,11	China 18,85	China 37,97	China 52,34
2ª nível	França 13,74	Espanha 14,77	Espanha 15,43	Estados Unidos 9,27	Estados Unidos 9,80
3ª nível	Coreia do Sul 3,47	China 12,93	Alemanha 9,10	Espanha 7,96	França 4,82
4ª nível	Croácia 3,04	França 3,91	Estados Unidos 7,38	Alemanha 3,75	Espanha 4,30
5ª nível	Arábia Saudita 2,38	Alemanha 3,20	França 3,29	França 2,63	Coreia do Sul 2,72
Total (%)	65,71	62,91	54,05	61,58	73,97

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados brutos do Ministério da Economia e do IBGE, 2019.

A Tabela 3 apresenta a participação dos principais parceiros comerciais na pauta exportadora no MATOPIBA entre os anos 2000 e 2018, em termos percentuais. Os resultados revelam que o Estados Unidos foi o principal parceiro comercial dos municípios integrantes do MATOPIBA, especialmente nos anos 2000 e 2005, com participação de 43,07% e 28,11%, respectivamente. No entanto, a partir dos anos 2010 é notória a ascensão gradativa da China como principal parceiro comercial, chegando a representar em 2018 mais de 52% como destino das exportações.

Ademais, a participação dos cinco principais países de destino das exportações em 2018 correspondia a 73,97%, 8,26 pontos percentuais superior quando comparado ao ano de

2000. Isso demonstra como as exportações do MATOPIBA estão cada vez mais concentradas no que tange ao destino de seus produtos. Esse aspecto é importante, pois aponta que o setor exportador do MATOPIBA está sujeito cada vez mais às condições de demanda dos países importadores.

Por fim, cabe destacar que os principais parceiros comerciais e produtos exportados no MATOPIBA encontrados neste trabalho convergem com a origem das 26 empresas transnacionais atuantes naquela região, essas empresas são apontadas no trabalho de Pereira e Pauli (2016). Segundo os autores (ibidem, 2016) essas empresas atuam diretamente na estrangeirização da terra no MATOPIBA, tendo a origem do capital provenientes dos países dos EUA, China, França, Japão, Argentina, Holanda e Reino Unido. Já sua atuação é concentrada na produção de algodão, milho, soja, pecuária, arroz, café, milho, cana-de-açúcar e sementes transgênicas.

Segundo Favareto et al (2019), a construção da imagem do MATOPIBA como expressão do agronegócio nacional está progressivamente ruindo, com a crescente presença de grupos internacionais, atuando não só na produção de grãos, bem como no mercado de terras. Tal processo traz consequências nocivas para o território como a perda de controle sobre estes recursos, mas também o fluxo de riquezas, com crescente drenagem de rendas esterilizando o tecido social local em vez de dinamizá-lo. Ademais, a expressão territorial desta dinâmica pujante não se traduz em igual elevação dos padrões de bem-estar, há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar no MATOPIBA. Para além disso, o processo enfrentado na região não se trata de uma questão passageira até que o dinamismo das áreas centrais transborde para o entorno, pois trata-se mesmo de um padrão de desenvolvimento territorial marcado pela brutal concentração dos efeitos positivos em uns poucos municípios polo.

Neste contexto, é possível que a finalidade de investimento destas empresas no MATOPIBA esteja associada dentre outros fatores, a necessidade de apropriação das terras e de seus benefícios (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, entre outros), bem como a busca pela valorização do mercado de terras, atividade de mineração e produção de *commodities* em larga escala para a exportação, e não a construção do desenvolvimento daquele território. Nesses termos, a atividade agroexportadora na região desenvolve e se consolida atrelada a interesses externos, estranhos a realidade da população local.

5 CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a fornecer evidências empíricas sobre a dinâmica da inserção da região do MATOPIBA na fronteira agrícola entre os anos 2000 a 2018 diante do mundo globalizado contemporâneo.

Para alcançar os objetivos propostos, decidiu estruturar o trabalho em dois eixos: teórico e empírico. Diante do contexto teórico partiu da compreensão do desenvolvimento territorial, nas quais o território é compreendido como uma construção sociopolítica do espaço, e o desenvolvimento territorial é condicionado por construções sociopolíticas sobre um determinado espaço geográfico, que requerem estratégias prévias de apropriação espacial.

Sob o ponto de vista empírico foi realizada a estatística descritiva dos fluxos de comércio e a construção de dois índices: i) concentração de produtos (ICP) e ii) concentração por países de destino (ICD) das exportações do MATOPIBA, sendo ambos baseados no coeficiente de Gini-Hirschmann.

Grosso modo, os resultados sugerem que na maior parte do período analisado, o índice de concentração de produtos (ICP) esteve acima de 0,5, limite máximo para que haja concentração. Por outro lado, o índice de concentração de destino (ICD), entre os anos de 2000 e 2010, esteve sob níveis inferiores à 0,5, apresentando uma trajetória de queda, chegando a atingir o índice mais baixo 0,30 em 2010. No entanto, a partir de 2010, houve uma reversão dessa trajetória, chegando a atingir em 2018 o seu ápice, 0,54. Logo, a pauta exportadora da região pode ser considerada concentrada, o que posiciona a região contexto de maior vulnerabilidade choques externos de preços e demanda.

Ademais, os resultados sugerem um aumento na produção de grãos focado, especialmente, nas culturas de sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens, em que no ano de 2018 já representada mais de 50% da pauta exportadora. Tais produtos são assentados, sobretudo, nos processos relacionados à dinâmica de expansão da escala agrícola com elevada tendência a vulnerabilidade externa. Em paralelo, chama atenção a representatividade da China como principal parceiro comercial no período recente, uma vez que assim como os produtos com maiores índices de concentração, a China já representa mais de 50% como país de destino das exportações do MATOPIBA e já ultrapassa os EUA desde 2010.

Portanto, como pôde ser observado, é inegável o volume da expansão sem precedentes

das exportações de bens e serviços da região do MATOPIBA. Porém, cabe chamar atenção que se por um lado, a expansão da fronteira agrícola tem fornecido um certo dinamismo para a região, por outro, as atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas, em grande medida, não proporcionam equidade na distribuição de renda e preservação dos recursos naturais, pelo contrário, são atividades concentradoras de renda e de ativos e que sequestram a autonomia do território devido a substituição de pastagens naturais pela intensificação da produção em escala global favorecidas pela mecanização, bem como posicionam a produção da região mais suscetível a choques externos colocando em risco a sustentabilidade das taxas de crescimento e de emprego.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. Espaço, território e região: uma tentativa de conceituação. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 23, p. 7–37, 2001.

BALDI, C.; BACK, C.; RODRIGUES, S. **Análise Geoespacial da Dinâmica da Soja no Bioma Cerrado: 2014 a 2017**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://abiove.org.br/wp-content/uploads/2019/02/12022019-125848-12.02.2019._analise_geoespacial_da_dinamica_da_soja_no_bioma_cerrado_2014_a_2017_v02.pdf>. Acesso em 03 jan. 2020.

BARCA, F.; MCCANN, P.; RODRÍGUEZ-POSE, A. The case for regional development intervention: Place-based versus place-neutral approaches. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 134–152, 2012.

BARROS, P. H. B. DE; STEGE, A. L. Deforestation and Human Development in the Brazilian Agricultural Frontier : an Environmental Kuznets Curve for MATOPIBA. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 13, n. 2, p. 161–182, 2019.

BATISTELLA, M.; VALLADARES, G. S. Farming expansion and land degradation in Western Bahia, Brazil. **Biota Neotropica**, v. 9, n. 3, p. 61–76, 2009.

BOLFE, É. L. et al. MATOPIBA em Crescimento Agrícola. **Revista de Política Agrícola**, v. 1, n. 4, p. 38–62, 2016.

BRASIL. **PORTARIA No- 244, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/autenticidade.html> (código verificador: 00012015111300008)>. Acesso em 10 nov. 2019.

CESAR, R. **Relatório do Greenpeace mostra que 58% dos municípios do Matopiba continuam pobres, com produção e qualidade de vida piores**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584618-relatorio-do-greenpeace-mostra-que-58-dos-municipios-do-matopiba-continuam-pobres-com-producao-e-qualidade-de-vida-piores-do>>

que-a-media-de-seus-estados>. Acesso em 12 set. 2019.

FAVARETO, A. et al. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista Nera (Unesp)**, v. 22, p. 348–381, 2019.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 3, p. 11–38, 2017.

JEZIORNY, D. L. Territory, innovation and rural development: The case of “Vale dos Vinhedos” in the Brazilian region of Rio Grande do Sul. **Revista Internacional de Sociologia**, v. 74, n. 3, 2016.

MARQUES, M. D. **ANÁLISE CRÍTICA DA ADERÊNCIA DAS TAXONOMIAS INDUSTRIAIS À REALIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA**. 177f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, UFSCAR/Sorocaba, 2017.

MARQUES, M. D.; ROSELINO, J. E.; MASCARINI, S. Taxonomias tecnológicas e setoriais da indústria de transformação brasileira. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 18, n. 2, p. 417-448, 2019.

MIRANDA, E.; MAGALHÃES, L.; CARVALHO, C. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. **Embrapa Territorial (CNPQ)**, p. 1–18, 2014.

NEWMAN, D. **The Resilience of Territorial Conflict in an Era of Globalization**.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/David_Newman12/publication/252081906_The_Resilience_of_Territorial_Conflict_in_an_Era_of_Globalization/links/00b4953a3cb5109c2c000000/The-Resilience-of-Territorial-Conflict-in-an-Era-of-Globalization.pdf>. Acesso em 18 set. 2019.

PEREIRA, C. N.; PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N. DE. Aspectos Socioeconômicos Da Região Do Matopiba. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, v. 18, p. 47–59, 2018.

PEREIRA, L. I.; PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Matopiba. **Revista Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 196–224, 2016.

PIKE, A.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. Capítulo 3 - Concepts and theories of local and regional development. In: **Local and Regional Development**. 2. ed. London/New York: Routledge, 2016. p. 80–151.

RIBEIRO, A. C. T. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 147, 2000.

SALVINI, R. R.; MARTINS, N. Perfil das Exportações Fluminenses : uma análise da pauta exportadora no período 1990 / 2013. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 5, p. 79–90, 2014.

SANTOS, M. **Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 190.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, R. DE O. **VULNERABILIDADE EXTERNA ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO BRASIL FRENTE AOS BRICS DE 2003-2012**. 122f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, UFSCAR/Sorocaba, 2017.

VERDI, A. R. As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos. **Geosul**, v. 23, n. 46, p. 33–54, 2008.

WANDERLEY, L. ECONOMIA REGIONAL E CONCEITOS DE ESPAÇO E REGIÃO. In: BOUZID, I. (Ed.). **Ensaios econômicos**. Salvador: Editora UFBA, 2006. p. 45–63.